



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Defensoria Pública-Geral
Diretoria de Controle Interno

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

Processo nº: 3001.108280.2023

Tipo: Compra de Material e Contratação de Serviços

Assunto: Novo Processo de Aquisição de Água Mineral em Galões de 20L - Comarca de Presidente Médici

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE Nº 201/2024/DPG/DPG-DCI

I - RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo que tem como objeto a aquisição de água mineral, em garrafão de 20 litros, para atender o Núcleo da Defensoria Pública de Presidente Médici, conforme Termo de Referência n. 14/2024 (0350285).

Por meio do Memorando n. 56/2023/SGAP-DA-DAP/DPERO (0278801), o Departamento de Almoxarifado e Patrimônio solicitou informações quanto à previsão de consumo de água mineral do núcleo para o período de 12 meses, contados do término da vigência do Contrato n. 15/2023/DPE-RO (março/2024). Em resposta, informou-se que a quantidade prevista seria de 96 galões para o período de 12 meses.

O Departamento de Almoxarifado produziu Documento de Oficialização da Demanda (0338215), ao que se seguiu o Despacho 0338587, por meio do qual a Secretária-Geral de Administração e Planejamento autorizou a abertura de procedimento administrativo visando à aquisição de água mineral para atender o núcleo.

Após juntada de informações produzidas pelo Departamento de Contabilidade e pela Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão, foi produzido Estudo Técnico Preliminar (0339180), aprovado por meio do Despacho Id. 0339233. Na oportunidade, a Secretária Geral de Administração e Planejamento determinou o envio dos autos ao Departamento de Almoxarifado e Patrimônio, para elaboração do termo de referência, e ao Departamento de Aquisições para pesquisa mercadológica e planilha de preços.

De acordo com a Nota Técnica Id. 0348835, após realizadas as pesquisas de preços e elaborada a planilha mercadológica, obteve-se orçamento estimado de R\$ 912,00, tendo a empresa MG RODRIGUES- LTDA – CNPJ: 36.564.897/0001-23 apresentado a menor proposta.

A SGAP produziu o Despacho Id. 0350370, em que aprovou o Termo de Referência n. 14/2024.

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (0350606) declarou a adequação orçamentária e financeira da despesa, e informou a emissão de reserva orçamentária no valor de R\$ 912,00.

Elaborada Justificativa da Dispensa de Licitação (0355125) e Minuta de Contrato (0352721), foram os autos encaminhados à Procuradoria Geral do Estado junto à

Defensoria Pública do Estado de Rondônia, que proferiu o Parecer Jurídico n. 37/2024-PGE/DEF (0371565).

Em sua análise jurídica, a PGE-DEF opinou pela possibilidade jurídica de adoção do procedimento de dispensa de licitação para contratação do objeto pretendido, nos termos da proposta apresentada pela empresa MINAS GAS E CONVENIENCIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.564.897/0001-23 (id. 0345668, p. 5-6), condicionada à observância dos apontamentos em destaque, em especial a necessidade de: a) revisão do termo de referência e da minuta contratual para que sejam mantidas as mesmas condições da licitação anterior; b) manutenção dos mesmos requisitos de habilitação da licitação anterior e respectiva demonstração pela pretensa contratada; c) certificação pelo setor competente de que a contratação pretendida mantém as mesmas condições da licitação anterior.

Por meio do Despacho Id. 0377114, a SGAP reputou saneados os apontamentos realizados pela PGE no parecer jurídico e determinou o encaminhamento dos autos ao Departamento de Aquisições, para nova análise das propostas apresentadas, tendo como base o preço estimado da licitação anterior (id. 0311989), escolhendo o melhor preço, desclassificando os que estiverem acima do valor referencial e procedendo à juntada da planilha mercadológica correspondente, bem como para juntada das certidões de habilitação jurídica e econômico-financeira exigidas no item 14.1 do TR.

Concomitantemente, o feito foi enviado à Diretoria Administrativa, para: i) revisão da minuta contratual, a fim de que sejam mantidas as mesmas condições da licitação anterior; e ii) exclusão da referência ao certame licitatório, mantendo-se a pertinente ao orçamento estimado; iii) inserção de item correspondente ao prazo de garantia mínima do objeto, nos termos do art. 92, XIII da Lei n.º 14.133/21; iv) inclusão da obrigação de cumprimento à reserva legal de cargos, nos termos do art. 92, XVII, da Lei n.º 14.133/21; e à Comissão Permanente de Contratação, para: i) nova análise da habilitação da proponente MG RODRIGUES LTDA, considerando a necessidade dos requisitos de habilitação serem os mesmos exigidos no edital da licitação anterior, ponderando, quanto à habilitação jurídica, as exigências documentais previstas Lei n.º 14.133/21, uma vez que parte dos atos previstos no item 12.5.1 do Edital n.º 027/2023/CPCL (id. 0323579) foi revogada pelo novo diploma; e ii) apresentação de nova justificativa de dispensa de licitação, devendo constar, no que diz respeito à escolha do menor preço, o valor estimado na licitação anterior.

Após juntada de planilha mercadológica comparativa (0380339), Nota Técnica (0385783), e Justificativa (0386846), vieram os autos a esta Diretoria de Controle Interno, para análise de conformidade.

É o relato do essencial.

II - ANÁLISE

Conforme relatado, cuidam os autos de procedimento administrativo cujo objeto é a aquisição de água mineral em garrafão de 20 litros, para atender o Núcleo da Defensoria Pública de Presidente Médici, conforme Termo de Referência n. 14/2024 (0350285).

A PGE-DEF, em seu parecer jurídico, abordou o preenchimento dos requisitos necessários à contratação via dispensa de licitação, em atenção ao disposto no artigo 75, III, da Lei n. 14.133/2021, tendo destacado que, na licitação realizada por meio do Pregão Eletrônico n. 027/2023/CPCL/DPE/RO, inexistiram propostas e lances para o item 9 (Presidente Médici). Salientou, ainda, a necessidade de manutenção das mesmas condições, como especificações do objeto, valor estimado da contratação, requisitos de habilitação, obrigações contratuais, quantidades, razão pela qual foram feitos alguns apontamentos de elementos discordantes.

Quanto ao procedimento para contratação direta, foram abordados os requisitos

constantes do artigo 72 da Lei n. 14.133/2021, bem como a necessidade de ajustes no termo de referência e na minuta contratual.

Verifica-se que, por meio do Despacho Id. 0377114, a SGAP reputou saneados os apontamentos realizados pela Procuradoria Geral do Estado, no Parecer Jurídico n. 37/2024-PGE/DEF.

Convém salientar que, relativamente ao preço máximo praticado na licitação fracassada, foi elaborada planilha mercadológica comparativa (0380339), em que se fez contar como preço máximo o montante de R\$ 912,00, a demonstrar que a proposta da empresa MINAS GAS E CONVENIENCIA LTDA - ME está adequada, pois foi ofertado preço unitário de R\$ 9,50 para a unidade dos galões de água.

A minuta de contrato (0387068) também manteve as condições objeto da licitação anterior, visto que a cláusula segunda, relativa ao valor e reajuste, prevê montante total de R\$ 912,00 para a aquisição de 96 galões de água, cotados a R\$ 9,50 a unidade.

Quanto aos requisitos de habilitação da referida empresa, vejamos as informações compiladas na tabela a seguir:

CERTIDÃO	ID	VALIDADE
Cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF/88	0380356	Não se aplica
Tributos estaduais	0380356	28/04/2024
Tributos municipais	0380356	28/04/2024
Tributos federais e dívida ativa da União	0380356	03/04/2024
Débitos trabalhistas	0380356	27/07/2024
FGTS	0380356	23/03/2024
Ações judiciais de falências e recuperações judiciais	0380356	11/06/2024

Deste modo, evidencia-se a demonstração documental do preenchimento dos requisitos referentes à regularidade fiscal e trabalhista da empresa MINAS GAS E CONVENIENCIA LTDA - ME, que apresentou o menor preço para a contratação, conforme Id. 0345668.

Logo, considerando que restou demonstrada a adoção de providências para adequação do termo de referência e da minuta contratual, nos moldes delineados pela PGE-DEF, bem como a comprovação da habilitação fiscal e trabalhista da empresa, inexistem apontamentos a serem feitos por esta Diretoria.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Diretoria de Controle Interno expressa opinião no sentido de **atestar a conformidade** dos procedimentos em análise.

Por fim, destaca-se que esta manifestação tem caráter opinativo, com a finalidade de auxiliar o gestor no controle da legalidade dos atos a serem praticados, de modo que somente ao gestor compete avaliar a conveniência e a oportunidade da prática de atos administrativos.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos nossos votos de estima e

consideração, encaminhando os autos para apreciação superior.

Porto Velho/RO, data da assinatura eletrônica.

Mayra Carvalho Torres Seixas

Diretora de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **Mayra Carvalho Torres Seixas, Diretor(a)**, em 21/03/2024, às 09:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei informando o código verificador **0387582** e o código CRC **3F6137B7**.

Caso responda este documento, por favor referencie expressamente o Processo nº 3001.108280.2023.

Documento SEI nº 0387582v4